



ACÓRDÃO Nº822/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1638/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC
- 5- **Exercício:** 2014
- 6- **Responsável:** Ademar Raimundo Mauro Teixeira (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3159/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC. Exercício de 2014.

Não Acolhimento. Regularidade. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Não Acolher, preliminarmente**, a Arguição de Inconstitucionalidade nº 04/2016 (fls. 21305/21309), suscitada pelo Ministério Público de Contas, por meio do **Procurador Ademir Carvalho Pinheiro**, visto que as formalidades previstas na Constituição Federal e na Legislação Nacional pertinentes à instituição de Serviços Sociais Autônomos – natureza na qual se encaixa a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural (AADC) – foram devidamente observadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- 10.2. **Julgar regular , no mérito**, a Prestação de Contas Anuais da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, exercício 2014, sob a responsabilidade do **Sr. Ademar Raimundo Mauro Teixeira**, presidente da referida entidade e ordenador de despesas, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, I, da Lei n.º 2.423/96, em razão da ausência de impropriedades e irregularidades que viessem a comprometer a gestão dos referidos recursos, conforme Relatório Conclusivo nº 17/2016 – DICAD/AM (fls. 21298/21303), e



ACÓRDÃO Nº822/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Arquivar os presentes autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Julio Cabral e Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral